



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
CONSELHO SUPERIOR

**RESOLUÇÃO N.º 46, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014**

**O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**, no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 4º e 5º, do Regimento do Conselho Superior, mediante as razões contidas no processo nº 23327.002228/2014-61, **RESOLVE:**

Art. 1º – Ratificar a Resolução nº 26, de 01 de dezembro de 2014 que aprovar, em caráter “*ad referendum*”, o Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD do Instituto Federal Baiano.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor nesta data.

*Original assinado*

**GEOVANE BARBOSA DO NASCIMENTO**

Presidente do Conselho Superior

**AURELUCI ALVES DE AQUINO**

**SAYONARA COTRIM SABIONI**

**EBERSON LUÍS MOTA TEIXEIRA**

**EDUARDO DOS PASSOS BELMONTE**

**CARLITO JOSÉ DE BARROS FILHO**

**DUSTIN JUSTINIANO DE SANTANA FONSECA**

**CLÓVIS COSTA DOS SANTOS**

**JORGE LUIZ PEIXOTO BISPO**

**CLEMILTON SILVA DE SOUZA**

**JEFERSON CONCEIÇÃO SANTOS**

**GILIARDE ALVES DOS REIS**

**PHABLO ALEXANDRE LUCAS ANGELIM**

**CRISTIANE LEAL DA SILVA**

**MARCELITO TRINDADE ALMEIDA**

**AÉCIO JOSÉ ARAÚJO PASSOS DUARTE**

**ARIOMAR RODRIGUES DOS SANTOS**

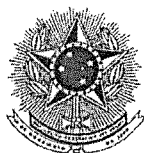
**LIZZIANE DA SILVA ARGOLO**

**WELLITON REZENDE HASSEGAWA**

**SORAYA LUIZA CORREIA DOS SANTOS**

**PAULO JOSÉ CINTRA SANTOS**

**CATIA CILENE FARAGO**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO**  
Rua do Rouxinol, 115 - Bairro do Imbuí - CEP: 41720052 - Salvador-BA  
E-mail: [gabinete@ifbaiano.edu.br](mailto:gabinete@ifbaiano.edu.br)

**REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE**  
**- CPPD DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**BAIANO – IF Baiano**

**DA NATUREZA E FINALIDADE**

**Art. 1º.** A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) constitui-se em órgão de assessoramento ao Conselho Superior, à Reitoria e aos Diretores Gerais para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente do IF Baiano.

**Parágrafo Único.** Os assuntos tratados pelo presente regimento da CPPD têm fulcro nas seguintes normas:

- I. Decreto Nº 94.664, de 23 de julho de 1987;
- II. Portaria MEC Nº 475, de 26 de agosto de 1987;
- III. Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012;
- IV. Regimento Geral do IF Baiano, aprovado pela Resolução Nº 19, de 14 de dezembro de 2012.

**Art. 2º.** Será constituída uma CPPD do IF Baiano regida por este instrumento legal.

**Art. 3º.** A CPPD ficará vinculada administrativamente ao Reitor e sediada na Reitoria do IF Baiano.

**DO REGIMENTO**

**Art. 4º.** Este Regimento Interno disciplina as normas relativas ao funcionamento da CPPD e à execução dos seus serviços acadêmico-administrativos.

**DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES**

**Art. 5º.** A CPPD do IF Baiano será constituída por um membro titular de cada *campus* e da Reitoria e seus respectivos suplentes, ocupantes do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico devidamente eleitos por seus pares:

- I. Serão membros titulares e suplentes os docentes que obtiverem maior número de votos nos seus respectivos *campi* e na Reitoria;

- II. caso não haja representantes eleitos de todos os *campi* e da Reitoria, para fins de funcionamento, a composição mínima da CPPD deverá ser de seis (6) membros, sendo três (3) titulares e três (3) suplentes.

**§1º** No caso de vacância de representante titular, a qualquer época, assumirá o suplente observada a ordem de classificação do processo eleitoral.

**§2º** No caso de vacância dos representantes titular e suplente, o Reitor designará um representante titular *pró-tempore* e convocará eleições para o preenchimento das vagas.

**Art. 6º.** Para o desenvolvimento das suas atividades, os membros da CPPD elegerão:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Secretário.

**Parágrafo Único.** O Presidente, Vice-Presidente e Secretário serão definidos entre os membros titulares presentes na primeira reunião da CPPD, por votação dos presentes, em *quorum* de maioria simples, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução.

**Art. 7º.** São atribuições da CPPD:

**Parágrafo Único.** Prestar assessoramento ao Reitor do IF Baiano, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a:

- I. dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas;
- II. contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;
- III. alteração do regime de trabalho docente;
- IV. avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;
- V. solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- VI. liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não;
- VII. apreciar e expedir parecer em processos concernentes às solicitações de horário especial para servidor docente estudante;
- VIII. apreciar e expedir parecer em processos concernentes às solicitações e proposições de alterações no Regimento Interno da CPPD;
- IX. realizar estudos para subsidiar a implantação ou o desenvolvimento de programas de capacitação para o pessoal docente.

## DA PRESIDÊNCIA

**Art. 8º.** Compete ao Presidente:

- I. representar a CPPD perante as instâncias acadêmicas e administrativas do Instituto Federal Baiano;
- II. promover o regular funcionamento da CPPD, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto, o Regimento Geral do IF Baiano, e este Regimento Interno;
- III. convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, fixando-lhes local, dia e hora de início;
- IV. propor a pauta das reuniões;
- V. presidir as reuniões, disciplinar os trabalhos e resolver as questões de ordem;
- VI. exercer o direito de voto e usar o voto de qualidade nos casos de empate;
- VII. tomar as medidas visando a oferecer condições adequadas para a atuação da CPPD;
- VIII. designar membros da CPPD para estudos de assuntos específicos da área de competência da Comissão.

## DO VICE-PRESIDENTE

**Art. 9º.** Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

**Parágrafo Único.** O Vice-Presidente poderá receber outras atribuições, desde que delegadas pelo Presidente.

## DO SECRETÁRIO

**Art. 10º.** São atribuições do Secretário:

- I. elaborar e enviar a convocação da Comissão, contendo a pauta da reunião;
- II. secretariar as reuniões da Comissão;
- III. redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações da Comissão;
- IV. desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da CPPD e cumprir as determinações da presidência;
- V. manter o controle atualizado de todos os processos;
- VI. manter em arquivo todos os documentos da Comissão.

## DOS MEMBROS

**Art. 11º.** São atribuições dos membros:

- I. pesquisar, propor, discutir e votar quaisquer assuntos de competência da Comissão Permanente de Pessoal Docente do IF Baiano;
- II. assinar as atas aprovadas nas reuniões de que participar;

- III. estudar e relatar, dentro dos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem atribuídas;
- IV. executar outras atividades inerentes à função ou que lhes venham a ser atribuídas pelo presidente da CPPD;
- V. comparecer às reuniões da Comissão e participar dos seus trabalhos, justificando ausências com prazo de 5 (cinco) dias de antecedência;
- VI. solicitar, quando necessário, a vista de processos em diligência para obtenção de esclarecimentos ou requisitar informações nos âmbitos jurídico e técnico da Reitoria do IF Baiano, quando relacionados aos processos em discussão.

## **DOS SUPLENTES**

**Art. 12º.** São atribuições do suplente:

- I. participar das reuniões ordinárias e/ou extraordinárias quando convocado pelo Presidente;
- II. substituir o membro titular da CPPD em suas eventuais ausências ou em licenciamentos a qualquer título;
- III. Receber as atribuições delegadas pelo Presidente.

**Parágrafo Único.** Para as substituições superiores a 30 (trinta) dias o suplente fará jus à dedução da carga horária de que trata o Art. 42.

## **DO FUNCIONAMENTO DA CPPD**

**Art. 13º.** As atividades dos membros na CPPD deverão ser privilegiadas quando da distribuição dos encargos docentes visando a uma compatibilização de horários.

**Art. 14º.** As deliberações da CPPD serão tomadas com a presença exclusiva de seus membros.

**§ 1º** As deliberações serão tomadas por maioria de votos de todos os membros.

**§ 2º** A todas as deliberações aplica-se o princípio da publicidade.

**Art. 15º.** Perderá o mandato o membro da CPPD que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões, sem justificativa, ou justificadamente a 4 (quatro) reuniões do total de reuniões, no período de 1 (um) ano.

**§ 1º** Não se consideram inclusas no disposto no *caput* faltas decorrentes de férias, doença e licenças previstas na legislação.

**§ 2º** os casos de ausência com prévia comunicação e as capituladas no parágrafo 1º, o Presidente convocará o suplente.

**Art. 16º.** Das deliberações e pareceres da CPPD caberão recursos em grau de revisão, à própria CPPD, desde que acrescentados novos elementos ao processo que possam substanciar alteração no posicionamento já adotado.

**Art. 17º.** A CPPD disporá de suporte administrativo, espaço físico e apoio técnico para seus trabalhos.

**Parágrafo Único.** Para o funcionamento da CPPD é necessário: sala com armários para armazenamento de documentos e processos; computador; mesa de reunião; internet; impressora; ramal telefônico; Auxiliar/Assistente/Técnico Administrativo.

**Art. 18º.** A CPPD contará com apoio administrativo e técnico no seu âmbito de atuação para as seguintes atividades:

- I. assistência e assessoramento direto aos membros da CPPD;
- II. coleta de informações para consecução de objetivos e metas da CPPD;
- III. atualização sobre a legislação e protocolos da CPPD;
- IV. tramitação de processos.

## **DA ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES**

**Art. 19º.** A CPPD reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, segundo cronograma semestral e horário previamente aprovados na primeira reunião da Comissão e, extraordinariamente, sempre que houver urgência, por convocação do seu presidente ou por requerimento de 1/3 dos seus membros.

**§1º** O prazo mínimo para convocação das reuniões ordinárias será de 15 (quinze) dias de antecedência.

**§2º** O prazo mínimo para convocação das reuniões extraordinárias será de 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

**Art. 20º.** O comparecimento às reuniões da CPPD é obrigatório. Eventuais ausências sem prévia comunicação deverão ser justificadas na reunião subsequente e constarão nas atas.

**Art. 21º.** Nas reuniões será exigido *quorum* de maioria simples.

**Art. 22º.** As reuniões obedecerão a seguinte ordem de trabalho:

- I. Expediente;
- II. Ordem do dia.

**§ 1º** O expediente destinar-se-á a discussão e aprovação da ata da sessão anterior, às comunicações, à leitura de documentos recebidos ou expedidos e ao atendimento de pedidos de informação.

**§ 2º** A ordem do dia compreenderá a leitura, discussão e a votação das seguintes matérias:

- I. pareceres e relatórios;
- II. propostas ou requerimentos;
- III. apreciação dos demais assuntos constantes da pauta.

**Art. 23º.** O Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer membro, poderá, mediante a anuência dos presentes, proceder à inclusão, dar preferência ou atribuir urgência a determinados assuntos constantes da ordem do dia.

**Parágrafo Único.** O regime de urgência a que se refere o *caput* deste artigo será solicitado antes do início da ordem do dia e impedirá a concessão de carga dos autos, a não ser para exame do processo no próprio recinto e no decorrer da reunião.

**Art. 24º.** Salvo expressa deliberação em contrário, as matérias não resolvidas em uma reunião serão incluídas em primeiro lugar na pauta da reunião seguinte.

**Art. 25º.** As questões de ordem poderão ser levantadas em qualquer fase dos trabalhos, cabendo ao Presidente resolver ou consultar os presentes sobre a decisão.

**Parágrafo Único.** Por solicitação do Presidente ou de qualquer membro, poderá ser realizada votação nominal ou secreta.

## **DAS ATAS**

**Art. 26º.** De cada reunião lavrar-se-á a correspondente ata, que será distribuída aos membros da Comissão, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início da reunião subsequente, na qual será discutida e aprovada na sua versão final.

**Parágrafo Único.** Após a sua aprovação, a ata será assinada pelo Presidente e pelos membros presentes.

**Art. 27º.** Da ata das reuniões da Comissão deverão constar:

- I. a relação nominal dos membros presentes e dos ausentes, com as respectivas justificativas;
- II. a natureza da reunião, dia, hora e local de sua realização, bem como o nome de quem a presidiu;
- III. o expediente;
- IV. o resumo das discussões havidas na ordem do dia, item por item, e o resultado das votações;
- V. as declarações de votos se houver, as quais deverão ser transcritas na íntegra;
- VI. todas as demais propostas e assuntos tratados.

**Art. 28º.** As atas aprovadas serão encadernadas, ao final de cada ano, em livro especial, cujas folhas serão numeradas em sequência e rubricadas pelo Presidente, devendo constar do mesmo os respectivos termos de abertura e encerramento.

## **DO FUNCIONAMENTO PROCESSUAL**

**Art. 29º.** Os processos a serem analisados serão entregues e protocolados junto a CPPD sediada na Reitoria do IF Baiano.

**Parágrafo Único.** Os processos a serem analisados nas reuniões ordinárias deverão ser entregues na CPPD com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas. Os processos que não atenderem ao prazo serão analisados na reunião ordinária subsequente.

**Art. 30º.** O membro deverá declinar de votação e análise de processo quando o beneficiário for o próprio, seu cônjuge, seus ascendentes, descendentes ou colaterais, até o terceiro grau ou por razões de foro íntimo.

**Parágrafo Único.** Salvo a hipótese do *caput* desse artigo nenhum membro da Comissão poderá recusar-se a votar.



**Art. 31º.** A sistemática de exame dos processos pela CPPD considerará a comunicação do parecer, sua discussão, solicitação de pedido de vistas e será regulamentada por Decisão da CPPD.

**Art. 32º.** Encerrado o exame da matéria, será a mesma submetida à votação.

§ 1º As votações serão abertas e individuais.

§ 2º Haverá votação secreta quando for requerida por, pelo menos, um 1/3 de seus membros.

§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

§ 4º Em caso de empate, caberá ao Presidente da CPPD em exercício nesta reunião, decidir mediante o voto de qualidade.

**Art. 33º.** Processo cujas informações sejam insuficientes para análise, retornarão à unidade de origem para que sejam acrescentadas informações complementares e/ou instrução documental.

**Art. 34º.** Caberá vistas ao membro que, no curso da análise de qualquer processo, o solicite, por considerar-se não suficientemente seguro para exarar seu voto.

§ 1º O pedido de vistas interrompe a discussão e suspende o julgamento do processo.

§ 2º O membro que requerer vistas exará o seu parecer, ou pedido de diligência, por escrito.

§ 3º A análise do processo em vistas será preferencial para o exame, no item processos da reunião ordinária seguinte.

## **DAS ELEIÇÕES PARA A CPPD**

**Art. 35º.** A eleição dos representantes da CPPD será feita através do voto direto e secreto dos docentes.

**Art. 36º.** As eleições da CPPD serão convocadas pelo Reitor mediante edital publicado com antecedência mínima de sessenta (60) dias antes do término do mandato dos vigentes.

§ 1º O Edital que convocar as eleições será baixado pelo Reitor.

§ 2º O Edital conterá:

- I. as vagas a serem preenchidas;
- II. o local, data e o horário da eleição;
- III. a composição da Comissão Eleitoral, previamente escolhida pelos pares e designada pelo Reitor;
- IV. o período dos mandatos;
- V. outras especificações eleitorais.

§ 3º A homologação do resultado da eleição ficará a cargo do Reitor e encaminhado ao Gabinete do Reitor para posterior emissão de Portaria de designação da CPPD.

**Art. 37º.** A vigência do mandato dos membros da CPPD será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

**Art. 38º.** Na ausência de candidatos a membros da CPPD, a Comissão será indicada pelo Reitor.

**Parágrafo Único.** Na ausência de candidatos em uma unidade, esta ficará sem representatividade na CPPD.

**Art. 39º.** Se ocorrer vacância de mandato do membro, automaticamente, assumirá seu suplente. Caso haja vacância da suplência, a unidade ficará sem representatividade durante o mandato vigente.

**Art. 40º.** São requisitos para ser candidato à CPPD:

- I. ser servidor docente do quadro efetivo do IF Baiano;
- II. ser lotado no *Campus* para o qual deseja concorrer;
- III. não estar à disposição de outro órgão ou licenciado a qualquer título por mais de 06 (seis) meses;
- IV. não ser membro titular ou suplente do Conselho Superior;
- V. não ser servidor docente inativo;
- VI. não se encontrar respondendo a processo administrativo disciplinar em qualquer das instâncias administrativas;
- VII. não ocupar cargo de direção;
- VIII. não ser membro de outra Comissão Permanente no *Campus* ou na Reitoria.

**Parágrafo Único.** Docentes em exercício na Reitoria poderão se candidatar apenas para representar a referida unidade.

**Art. 41º.** São eleitores, para escolha dos membros da CPPD, os servidores docentes do quadro efetivo, excetuando-se:

- I. servidores à disposição de outros órgãos;
- II. servidores de outros órgãos à disposição do *Campus* ou da Reitoria;
- III. servidores inativos.

## **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 42º.** Os membros titulares da CPPD terão direito à dedução de 08 (oito) horas da sua carga horária semanal;

**Art. 43º.** Fica facultada à CPPD convidar qualquer servidor da Instituição para a discussão de assunto relevante para o exercício das atribuições da própria Comissão.

**Art. 44º.** Fica facultada à CPPD requerer à Administração do IF Baiano, mediante exposição justificada, assessoramento técnico de professores ou servidores técnicos pertencentes à Instituição e estranhos à CPPD, para participar de Comissões Especiais em caráter temporário.

**Art. 45º.** Fica facultada à CPPD, a determinação de diligências e providências necessárias ao desempenho de suas atribuições e atividades principais.

**Art. 46º.** Os casos omissos ou a divergência de entendimento, decorrentes da aplicação deste Regimento Interno, serão dirimidos pela própria CPPD.

Salvador, 01 de dezembro de 2014